



SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ACRE

**ATA**

**I REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ACRE  
CIPE-AC**

Data: 25 de maio de 2016

Horário: 10 horas

Local: Sala de Treinamento da SJAC

Participantes	Cargo e Unidade
Nagilene Marques Dourado de Almeida	Direta da Secretaria Administrativa, em exercício, e Diretora do Núcleo de Recursos Humanos
Gilmar Palú	Diretor do Núcleo de Administração Financeira e Patrimonial
Rawlison de Nazaré Araújo Azevedo	Diretor do Núcleo Judiciário
Andressa Lima Abugoche Asfury	Diretora do Centro Judiciário de Conciliação
Michela Melo D'Albuquerque Lima	Supervisora da Seção de Modernização Administrativa
Josimar Antônia Mourão do Nascimento	Supervisora da Seção de Programação e Execução Orçamentária e Financeira
Edivaldo Venancio da Silva	Supervisor da Seção de Tecnologia da Informação e Comunicação
Francisco Paulo Mesquita do Nascimento	Supervisor da Seção de Controle Interno
Joseima Nogueira Ribeiro	Supervisora da Seção de Bem-Estar Social
Thiago Lourenço Fernando da Silva	Supervisor da Seção de Biblioteca
Sebastião Farias da Silva	Supervisor da Seção de Apoio aos Julgamentos da 4ª Vara

A reunião foi iniciada pela Supervisora da Semad, com vistas a esclarecer o objetivo da RAE, que é analisar o progresso da execução da estratégia, tendo em vista a delegação de competência determinada pela Portaria Presi 375.

A pauta da reunião foi a seguinte:

### 1. Acompanhamento da execução e revisão do Plano de Ação 2015-2016.

O Plano de Ação 2015-2016 da Seção Judiciária do Acre contempla 2 projetos estratégicos, os quais o CIPE decidiu por mantê-los em execução, por tratarem-se de projetos ligados ao cumprimento de Metas Específicas:

Projeto/Ação	Situação	Observações
Conciliação pré-processual e processual	<p>De acordo com o projeto, deveriam ser realizadas, em 2015, audiências de conciliação pré-processual e processual com a CEF e o INSS. O Cejud (antiga Secon), conseguiu realizar, com a CEF, audiências pré-processuais, nos meses de maio e junho, pois de julho a setembro, a Justiça Federal ficou em greve e, em seguida, a CEF também entrou em greve. Quanto às audiências processuais, foram realizados mini mutirões com a CEF, que também foram interrompidos pelas citadas greves. Quanto ao INSS, não houve êxito, devido a dificuldades impostas por aquele órgão, como, por exemplo, política de acordo zero. Em relação aos mutirões com os Conselhos de Classe (CRC e CREA), houve dificuldades quanto à entrega das intimações aos devedores, que ficou sob a responsabilidade daqueles órgãos. Portanto, devido a esses fatores, a Meta 3 não foi alcançada, tendo em vista que, em 2014, o percentual de conciliação foi de 60,52%, e, em 2015, foi de 37,85%.</p>	<p>O projeto deve continuar por estar ligado diretamente ao cumprimento da Meta 3, devendo ser realizado alguns ajustes no TAP.</p>
Saúde e absentismo	<p>Em relação à adesão ao EPS, a Sebes vem fazendo o agendamento das consultas dos servidores, de acordo com o cronograma do mês de aniversário. Entretanto, até agora, nenhum servidor completou todo o ciclo, da requisição dos exames até a apresentação dos resultados, o que indica uma grande dificuldade de se atingir o cumprimento da Meta 13, de atingir 100% de adesão. Sugeriu-se um trabalho de sensibilização junto aos juízes e diretores para que haja maior adesão por parte dos servidores.</p> <p>Quanto às outras atividades, tais como campanhas de conscientização, palestras e atividades motivacionais, alguns fatores contribuíram para a sua não realização, tais como falta de recursos e a greve ocorrida em 2015, que, além de paralisar as atividades da Justiça por quase 100 dias, ainda deixou como legado uma grande quantidade de trabalho represada. Atualmente, estão em fase de elaboração para execução ainda em 2016 e nos anos seguintes.</p>	<p>O projeto deve continuar por estar ligado ao macrodesafio e objetivo estratégico do Planejamento 2015-2020, de desenvolvimento do potencial humano nos órgãos da Justiça Federal, além de estar vinculado ao cumprimento das Metas 12 e 13. Em relação à adesão ao EPS, sugeriu-se estabelecer um percentual de 50% até dezembro/2017.</p>

### 2. Proposição de novas iniciativas para elaboração do Plano de Ação 2017, que deve ser enviado ao TRF1 até o dia 24/06/2016.

O CIPE aprovou as sugestões da Semad, já constantes da Pré-proposta orçamentária 2017, que incluiu, além dos projetos em andamento, a aquisição de lâmpadas fluorescentes e de torneiras econômicas com sensor, a contratação de empresa para realizar a avaliação ergonômica dos postos de trabalho e a contratação de empresa para realização de diagnóstico organizacional. Além disso, decidiu-se que cada unidade do CIPE poderia sugerir novas propostas e enviar para a Semad.

**3. Os resultados das Metas em 2015 e os primeiros resultados de 2016 serão apresentados posteriormente, em reunião a ser realizada com os Diretores de Secretaria das Varas.**

Foi sugerido pela Semad, e aprovado pelo CIPE, a realização de uma reunião com os Diretores de Vara, Juizado e Turma Recursal, com a finalidade de apresentar os resultados das Metas da área-fim e possibilitar uma discussão entre eles acerca do cumprimento dessas metas.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião. A Semad vai aguardar o envio das propostas para consolidar o Plano de Ação 2017, que será enviado ao CGER-TRF1 no dia 24/06/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Michela Melo Dalbuquerque Lima Benevides, Supervisor(a) de Seção**, em 23/06/2016, às 13:23 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://portal.trf1.jus.br/portaltrf1/servicos/verifica-processo.htm> informando o código verificador **2352859** e o código CRC **0B672BD8**.

---

Alameda Ministro Miguel Ferrante, s/nº - Bairro Portal da Amazônia - CEP 69915-632 - Rio Branco - AC - <http://portal.trf1.jus.br/sjac>

0000665-79.2015.4.01.8001

2352859v20

---

Criado por [ac12803](#), versão 20 por [ac12803](#) em 23/06/2016 13:23:12.